



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Dados criminais. Informações não compiladas. Possibilidade de consulta direta pelo interessado. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 228/2017


1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar, número SIC em epígrafe, para acesso a dados sobre a produtividade policial, como a quantidade de Boletins de Ocorrência lavrados, armas apreendidas, carros roubados ou furtados apreendidos e presos, por batalhão da Capital, de 2012 a 2017.
2. Em resposta, o ente enviou as informações que detinha, com informações referentes à totalidade de dados do Comando de Policiamento da Capital, justificando o maior detalhamento em razão da inexistência de tabulação dos dados individualizados de cada batalhão e companhia da PM, mantendo a resposta em recurso. Inconformado, o solicitante apresentou apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Para analisar a presente situação, vale recordar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública.
4. No caso em apreço, o ente enviou as informações contidas no seu banco de dados, e esclareceu sobre a inexistência dos demais dados almejados de cada batalhão ou companhia da PM tabulados, afirmando ainda que as informações pretendidas gerariam trabalhos adicionais.
5. A Lei assegura acesso livre a informações já existentes e custodiadas pela Administração Pública, não sendo exigíveis dos órgãos públicos trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação, produção ou tratamento de dados para atendimento a pedido de informação. Entretanto, a vigente norma garantidora do acesso à informação pública preceitua que o ente ofereça meios para pesquisa direta do interessado, de modo a assegurar o livre acesso a dados estatais.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Deste modo, desde que preservadas eventuais informações pessoais ou protegidas por específica previsão legal, a caracterizar alguma das restritas exceções à regra geral da transparência, mostra-se necessário facultar consulta direta pelo interessado, sendo recomendável que o órgão público disponibilize meios para o demandante realizar, diretamente, pesquisa junto aos expedientes pertinentes, em cada companhia ou batalhão da Polícia Militar, para a obtenção das informações a que pretende ter acesso, conforme previsão do artigo 11, §1º, inciso I, e 3º, da Lei nº 12.527/2011, comunicando-se local e modo para tanto, de forma a atender à sistemática da Lei de Acesso à Informação.
7. Ante o exposto, havendo possibilidade de consulta direta pelo interessado às informações, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, inciso I, e §3º, da Lei nº 12.527/2011, devendo-se adotar, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão, verificando-se a possibilidade de disponibilizar ao interessado o acesso direto às informações em cada local de sua disponibilidade.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 7 de novembro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO